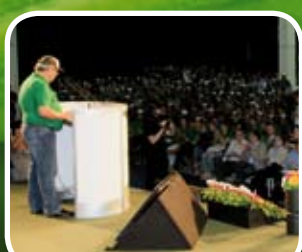




2010 Um ano difícil

A manifestação de uma força



FAEP
 FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA
 DO ESTADO DO PARANÁ

Relatório de Atividades 2010



Os direitos de reprodução são reservados ao Editor.

Catálogo na Fonte

Federação da Agricultura do Estado do Paraná.

F233

FAEP 2010 uma ano difícil: a manifestação de uma força / Federação da Agricultura do Estado do Paraná.

Curitiba: FAEP, 2010. – 44 p.

1. Agricultura-Paraná. 2. Federação da Agricultura. 3. Produtor rural. I. Relatório. II. Título.

CDD630

CDU63(816.2)

Esta publicação pode ser reproduzida, pedimos apenas citar a fonte.

SISTEMA FAEP



Av. Marechal Deodoro, 450
14º andar | CEP 80010-010
Curitiba - Paraná
Fone: 41 2169-7988
Fax: 41 3323-2124
email: faep@faep.com.br
site: www.sistemafaep.org.br

Presidente

Ágide Meneguette

Vice-Presidentes

Moacir Micheletto, Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento,
Ivo Polo e Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários

Livaldo Gemin e Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros

João Luiz Rodrigues Biscaia e Paulo José Buso Júnior

Suplentes de Diretoria

Nelson Emílio Menegatti, Nelson Natalino Paludo, Ângelo Mezzomo, Narciso Pissinati, Ivo Carlos Arnt
Filho, Antônio Leonel Poloni, Cleuze Araújo, Ivonir Lodi, Eduardo Sérgio Assumpção Quintanilha Braga,
Ana Thereza Da Costa Ribeiro, Derossi de Jesus Pacheco Carneiro

Conselho Fiscal

Sebastião Olímpio Santarozza, Luiz de Oliveira Netto e Lauro Lopes

Suplentes Conselho Fiscal

Marco Arthur Saldanha Rocha, Braz Reberte Pedrini e Ciro Tadeu Alcantara

Delegados Representantes

Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

06 Apresentação



10 Base técnica, jurídica, econômica e sindical



12 Propostas ao governo estadual

14 O que esperamos do próximo presidente?



16 Estudo Campo e Cidade



18 Usinas Hidrelétricas



20 Conservação de Solos e Terraceamento

22 Banco do Brasil



23 Preço mínimo do trigo



24 Classificação da qualidade do trigo



32 Vacinação



36 Comunicação Social

28 Cafeicultura



29 Pecuária de Leite e Cana-de-açúcar



30 Acompanhamento conjuntural



34 Avicultura e suinocultura



38 Sindicalismo Conselhos Comissões e Câmaras





Caros amigos

Há décadas os governos pregam o fortalecimento do agronegócio, porque sabem que a agricultura e a pecuária são indispensáveis à nossa economia. Quando olhamos, porém, para o câmbio, a garantia de preços, o seguro de renda, a infraestrutura do país, entre outros problemas, os resultados são de absoluto desmazelo com o nosso setor.

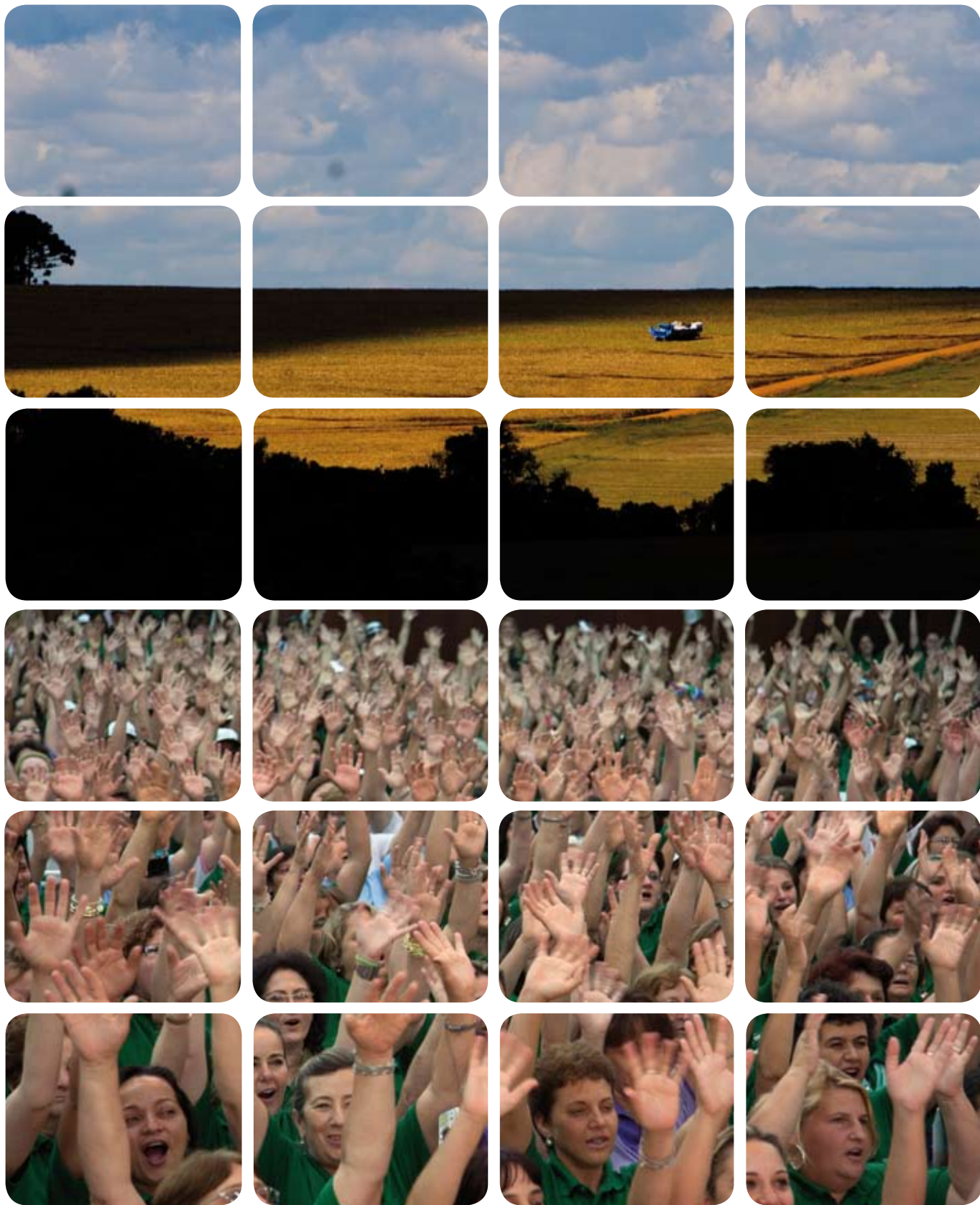
Mesmo assim continuamos nossos esforços através de programas voltados à educação, à cidadania, ao desenvolvimento de lideranças e dos produtores, que gradualmente resultam num outro perfil da agropecuária paranaense.

Nós, do Sistema FAEP, pregamos e agimos para aglutinar nossas forças que estão no campo. Somente com pressão sobre os governos e parlamentos seremos reconhecidos. Buscamos isso, incessantemente durante 2010 e assim vamos continuar.

Saudações

Ágide Meneguette

Presidente do Sistema FAEP



O peso do Agronegócio **paranaense**



Após um período de seis anos, em 2010 ocorreu o início da recomposição da renda do produtor rural paranaense.

O Valor Bruto da Produção Agropecuária do Paraná evoluiu de R\$ 40,7 para R\$ 45,6 bilhões e como responsável por 13% das exportações brasileiras assegura o posto de segundo maior estado exportador do agronegócio.

De janeiro a outubro, as exportações do Estado somaram US\$ 11,9 bilhões, num crescimento de 23% em relação ao igual período de 2009 (US\$ 9,7 bilhões) e 71% dessas exportações resultam do agronegócio.

A importância desse setor pode ser constatada também pelos US\$ 53,2 bilhões de (janeiro a outubro/2010) de



saldo líquido na balança comercial brasileira, onde o agronegócio participa com 39% das exportações. O superávit comercial do Brasil, no acumulado de janeiro a novembro, alcançou US\$ 14,9 bilhões.

Nesse cenário, o Paraná é o principal produtor de milho e trigo (13,5 milhões e 3,2 milhões de toneladas, respectivamente) o segundo na soja (13,9 milhões de toneladas), respondendo por 20% da produção de grãos do país.

Mesmo assim o agronegócio paranaense vem perdendo posição relativa no cenário nacional e a causa principal da perda de dinamismo é o esgotamento do modelo atual. Ele é apoiado na produção de grãos

e na agroindústria de primeiro beneficiamento, com a industrialização de produtos de baixo valor agregado.

Não há mais espaço para taxas elevadas de crescimento, apoiado no uso intensivo de recursos naturais. As áreas cultiváveis disponíveis para produção de grãos estão no limite e a economia do interior do Estado já dá sinais de estagnação. É necessário mudar o perfil atual, sem isso não haverá acréscimo no número de empregos e renda.

A agropecuária paranaense logrou vencer em 2010, um longo período de perdas, o que deverá permitir, após um período de seis anos, a retomada da recomposição da renda do produtor rural.

Plano Diretor

A FAEP, neste ano, fez um diagnóstico completo do setor - o "Plano Diretor para o Agronegócio", e encaminhou ao governador eleito, Beto Richa, ainda no período eleitoral. Nele estão as sugestões efetivas para desenvolver o Estado, entre elas a criação da Agência de Desenvolvimento do Agronegócio e do Instituto Paranaense de Defesa Animal e Vegetal (veja pgs 12 e 13), anunciados oficialmente pelo novo governador em dezembro, durante o evento Empreendedor Rural 2010.



Base técnica, jurídica,

A FAEP, cumprindo sua missão, desempenhou e desempenha o papel de orientar e apoiar o produtor rural nos desafios apresentados pelas novas realidades do mercado. Cumpre sua missão de representação política e econômica informando, prestando serviços, realizando estudos e projetos e oferecendo treinamentos. Para enfrentar esses constantes desafios, a FAEP dispõe de três Departamentos básicos na sua estrutura: Técnico Econômico, Sindical e Jurídico.

O DTE desenvolve trabalhos e estudos para acompanhamento

do comportamento dos preços das commodities e das políticas agrícolas. O Departamento Sindical orienta os Sindicatos Rurais através de seminários, cursos e teleconferências sobre a extensa e confusa legislação previdenciária, tributária e trabalhista. E o Departamento Jurídico é o filtro por onde as dúvidas e questões ligadas à Justiça merecem análise e atuação nos Tribunais. Contribuição ao FUNRURAL, questões ambientais (inclusive o contencioso com Usinas Hidrelétricas) e ilegalidade de portaria do MAPA sobre preços mínimos foram algumas das principais abordagens em 2010.



econômica e sindical

Representações internacionais

Safras - EUA

Profissionais da FAEP participaram da “Expedição Safra”, do grupo GRPCoM. Além do Paraná, a expedição visitou os quatro estados dos Estados Unidos, acompanhando a colheita do milho e da soja. Para obter informações mais precisas sobre os rumos do mercado de grãos e a influência da produção americana nesse mercado, estiveram também na Bolsa de Chicago.

Hortifruticultura - Itália

A região de Emília Romanha é uma das mais desenvolvidas da Itália em hortifruticultura (PIB em torno de 552 milhões de euros) também recebeu a visita de um profissional da FAEP. A alta tecnologia e um histórico muito rico de associativismo da produção agrícola e integração de cadeia produtiva foram observadas nas cidades de Bologna, Cesena, Faenza e Ferrara durante a Feira Macfrute, e em visitas nas cooperativas Salvi e Agritensa.

Na OIE

A FAEP vem acompanhando há anos as reuniões e conferências da OIE (Organização Internacional de Sanidade Animal) e em 2010 não foi diferente.

Seus representantes estiveram em Paris e Montevidéu, acompanhando debates e decisões sobre sanidade e que poderiam afetar a pecuária, suinocultura e avicultura paranaense.



Propostas ao governo

O governador eleito Beto Richa incorporou ao seu Plano de Governo duas propostas contidas no “Plano Diretor para o Agronegócio do Paraná”: a criação de uma Agência de Desenvolvimento do Agronegócio e do Instituto Paranaense de Defesa Animal e Vegetal. A Agência, apartada da burocracia do estado e composta

por técnicos de alto nível, segundo a proposta, ficaria vinculada diretamente ao governador. E o Instituto de Defesa Animal e Vegetal substituiria o atual DEFIS (Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária).

O documento foi elaborado com sugestões dos Sindicatos Rurais



estadual

de todo o Estado e entregue no período eleitoral aos dois principais candidatos ao governo. A radiografia completa da economia rural paranaense e da infraestrutura do Estado foi elaborada com análises produzidas por técnicos da FAEP e coordenada pelo professor e economista Rogério Berger.

Instituto Paranaense de Defesa Animal e Vegetal

Terá atribuições para a garantia permanente nas áreas de Defesa Animal e Vegetal, com os seguintes objetivos:

- Garantir as condições necessárias para a obtenção e manutenção do status do Estado livre de febre aftosa sem vacinação;
- Concentrar a fiscalização da defesa animal nas áreas de fronteiras de maior risco. Pressionar o governo federal para fiscalizar as fronteiras do Paraguai e Argentina;
- Fortalecer o Programa Estadual de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose;
- Ampliar a parceria público-privada na gestão da rede de defesa agropecuária, com o apoio da iniciativa privada nos Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária, CONESA, FUNDEPEC e governo do Estado através do DEFIS/SEAB;
- Incentivar a implantação da rastreabilidade no Estado do Paraná de acordo com o novo modelo nacional.



Agência de Desenvolvimento do Agronegócio

Entidade de direito privado para gerir os instrumentos de política agroindustrial que o Estado dispõe e que vier a criar como: incentivos fiscais, financiamentos, facilidades, apoio institucional, entre outros. Também caberia à Agência:

- Identificar no mercado interno e externo oportunidades de mercado de produtos que possam ser produzidos no Paraná;
- Identificar grupos ou empresas nacionais ou estrangeiras capazes de se interessar por investimentos no Paraná.



O que esperamos do próximo presidente?

Alimento saudável, insegurança jurídica, logística, meio ambiente, política agrícola, processo tecnológico, qualificação profissional e responsabilidade social. Esses oito temas prioritários para o agronegócio brasileiro foram defendidos no seminário “O que esperamos do próximo presidente”, realizado em Curitiba, com técnicos e produtores da região Sul. Os temas foram consolidadas pela CNA, que encaminhou aos principais candidatos à presidência da República e aos presidentes dos partidos políticos.

PAP 2010/11

Entre as melhorias anunciadas no Plano Agrícola e Pecuário 2010/11 está o antigo pleito da FAEP para melhorar as condições de financiamento de armazéns na propriedade. As dificuldades de acesso ao crédito por conta do endividamento, a não criação de um seguro de renda, a falta de um crédito para custeio rotativo e automático, que evite a burocracia com cartórios e bancos, foram motivos do posicionamento crítico da FAEP. Um documento com mais de 50 propostas

para o PAP 2010/11 foi apresentado pela FAEP, com a participação de sindicatos e membros de comissões.

PNDH-3

A FAEP se manifestou oficialmente, por meio da imprensa, contrária ao decreto do Programa Nacional dos Direitos Humanos. Entre outros temas, o decreto mudaria as regras de reintegração de posse em invasões agrárias. Em Assembleia a entidade aprovou manifesto repudiando o decreto.

Ética

A FAEP, em manifestações públicas e em textos divulgados de forma oficial por meio do Boletim Informativo, tem colocado de forma clara a posição de sua diretoria sobre um quesito senão o principal, fundamental na vida pública: ética.





Plantio de transgênicos em zonas de amortecimento de parques

A FAEP ratificou a solicitação enviada pelo Conselho Consultivo do Parque Nacional do Iguaçu perante os Ministérios de Meio Ambiente, Agricultura, ao presidente do ICMBio para regulamentar o plantio de milho Bt na zona de amortecimento do Parque.

O Conselho do Parque e os pesquisadores consideraram a distância de 800m suficiente para não causar nenhum tipo de dano ambiental, pois essa distância é o dobro do necessário para que não haja contaminação de pólen.

Estudo Campo e Cidade

Consultores ambientais e um grupo de professores da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), realizaram, a pedido da FAEP, o diagnóstico “Aspectos Ambientais da Relação Campo e Cidade no Estado do Paraná”. Nele foi analisada a tolerância aos impactos causados ao meio ambiente nas cidades, contrastando ao meio rural, onde ocorre uma desproporcional regulamentação legal e ações fiscais. Ou seja, quem polui é tolerado, quem limpa é multado.

Nas grandes e médias cidades brasileiras não há mais rios vivos, são cloacas mal cheirosas e só se recuperam quando suas águas alcançam o meio

rural. O estudo esclarece àqueles que veem o produtor como um devastador, quando é exatamente o contrário.

Apresentando comparações entre aspectos ambientais da área rural e da área urbana o trabalho comprova que a origem da atual crise ambiental não está no campo, mas na cidade. E os rios são a prova disso. Esse estudo foi encaminhado para a imprensa em geral, autoridades, escolas, faculdades, juízes, entidades, alcançando a impressão de 3.000 exemplares.



CÓDIGO FLORESTAL

A FAEP acompanhou de perto as discussões da Comissão Especial para a Reforma do Código Florestal Brasileiro. Uma comissão de diretores e técnicos da FAEP foi à Brasília, acompanhada de presidentes dos núcleos dos sindicatos rurais participar da votação do substitutivo do deputado federal Aldo Rebelo ao projeto que propõe uma nova legislação ambiental. Foram 11 pontos da discórdia, mas houve ganhos para o setor. O texto foi aprovado no dia 6 de julho, por 13 votos a 5 e as nove emendas que propunham modificá-lo foram rejeitadas. Com isso, o texto já está pronto para ser votado pelo plenário da Câmara dos Deputados. A FAEP enviou proposições relacionadas aos Termos de Ajustes e às Áreas de Preservação Permanente para corrigir situações que podem prejudicar os produtores.

CAMPANHA BHC

Há três anos o Sistema FAEP participa do projeto que prevê o recolhimento do BHC (hexabenzeno de cloro) e cadastrou 348 produtores que possuíam mais de 129 toneladas do agrotóxico. No total, foram cadastradas no Paraná 565 toneladas, em 1963 propriedades, principalmente nas regiões Norte, Noroeste, Central e Oeste do Estado.



GEOPARQUE

Por intervenção da FAEP, o projeto “Geoconservação nos Campos Gerais: Inventário do Patrimônio Geológico”, coordenado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa e pela Mineropar, será amplamente discutido em novas audiências públicas para debater os pontos impactantes para a agricultura.

IAP

Temas polêmicos que preocupam os produtores rurais do Paraná como decisões do BNDES, ações do Ministério Público, o problema das Áreas de Preservação sobre licenciamento ambiental e o das Áreas de Preservação Permanente em hidrelétricas, localizadas no rio Iguaçu e Paranapanema, formaram o leque de preocupações da FAEP. Além disso, questões técnicas e jurídicas da legislação ambiental foram tratadas com o presidente do IAP pela diretoria da FAEP, assessores e técnicos.

Colegiados do IAP

Do final de 2009 ao primeiro semestre de 2010, o Colegiado de Julgamento de Infrações Administrativas Ambientais – encarregado de avaliar o dano causado nas propriedades e definir, quando for o caso, o valor do auto de infração – registrou 331 processos de crimes ambientais no Estado. Desse total, 119 foram julgados. Apesar de a nova forma de julgamento aumentar a agilidade nos processos de autuações, alguns agricultores questionaram o desempenho das atividades realizadas pelos colegiados neste ano. De acordo com eles, as ações nas regionais do IAP estavam paralisadas.

Diante disso, a FAEP encaminhou, em agosto, solicitação ao presidente do IAP pedindo a volta dos colegiados. Em outubro eles voltaram a ser ativados aumentando sua capacidade de atendimento e o número de técnicos cresceu para 120.



Usinas Hidrelétricas

O IAP e a promotoria entenderam, que cabe aos produtores rurais a responsabilidade pela implantação de 100 metros de mata ciliar às margens dos lagos criados artificialmente pelas hidrelétricas. Os produtores de entornos das hidrelétricas construídas antes de 2001, como Salto Caxias, Salto Santiago e Chavantes, não foram indenizados e nem tiveram

sua áreas adquiridas. Mesmo assim foram responsabilizados pela manutenção do passivo ambiental.

A FAEP em parceria com a FETAEP encaminhou mais de duzentos ofícios de carta-manifesto em novembro de 2009, às autoridades federais, estaduais e entidades defendendo os produtores rurais, pois não foram eles que criaram os lagos artificiais.



Em seguida, encaminhou uma minuciosa análise jurídica e técnica do problema ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) pedindo medidas para que os produtores não fossem prejudicados.

Análise do MMA reconheceu que a responsabilidade da preservação é da empresa gestora da hidrelétrica. “Obrigação esta que

foi indevidamente transferida para os pequenos proprietários da região”, explicou o documento do MMA. A análise ainda considera que o produtor já sofreu dois reveses: a depreciação de sua propriedade e a desapropriação de parcela da mesma, alterando sua realidade econômica. Com esse parecer do MMA, os produtores podem questionar os seus direitos na Justiça.

Reserva Legal

O presidente da FAEP enviou ofício ao Procurador de Justiça do Meio Ambiente do Paraná, Saint Clair Honorato dos Santos, solicitando que os promotores sejam esclarecidos da vigência do Decreto nº 7029/2009, da Presidência da República, que estabeleceu prazo até 11 de junho de 2011 para que o produtor protocole o pedido de averbação da Reserva Legal.

APA das ilhas de várzeas do rio Paraná

A Área de Preservação Ambiental das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná, com 1 milhão de hectares, provocou divergências sobre seu Conselho Gestor.

Deliberativo, segundo a Assembléia dos produtores, ou Consultivo por decisão do ICMBio.

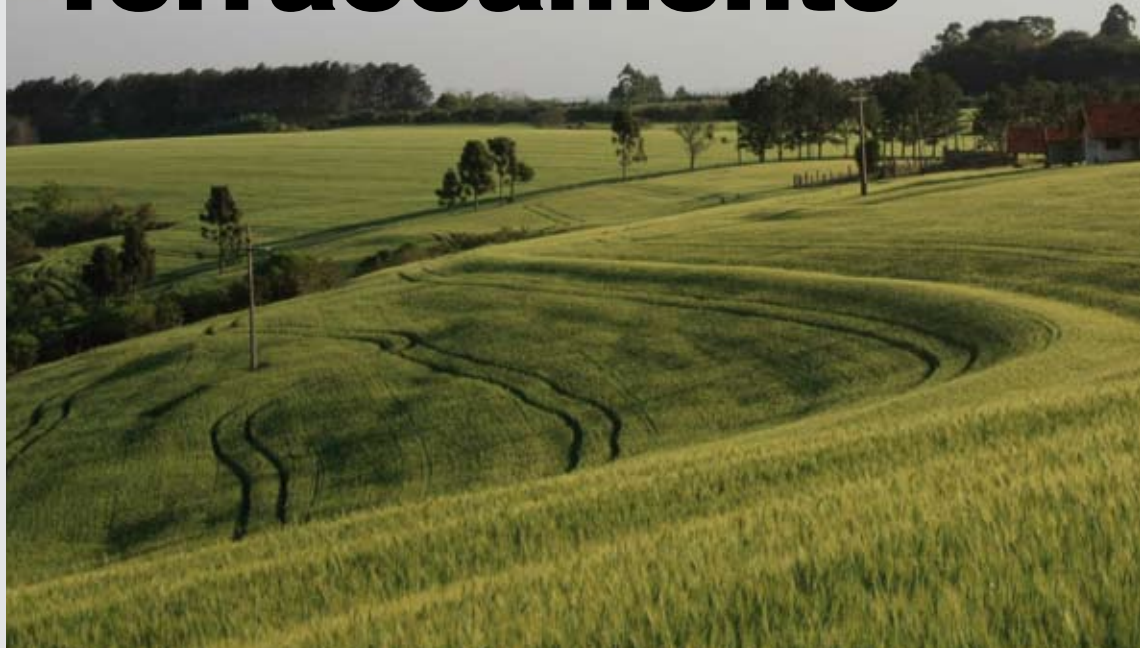
Em fevereiro de 2010 a FAEP interveio no assunto e conseguiu cancelar a posse dos conselheiros até que o órgão ambiental competente dê explicações.

Ilha Grande

A legalidade do Decreto de desapropriação do Parque Nacional da Ilha Grande, numa ação de pescadores, muitos produtores seriam prejudicados em razão da exigência da compensação da Reserva Legal.

A FAEP intermediou junto aos órgãos ambientais responsáveis para fazer valer os pactos já firmados. A ação dos pescadores está sendo questionada na Justiça.

Conservação de Solos **Terraceamento**



O Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) lançou a resolução nº 172/2010, recomendando a manutenção do terraceamento em Sistema de Plantio Direto (SPD). Com a eliminação dos terraços, segundo o IAPAR, houve processos acentuados de erosão, principalmente em área com maior declive.

A resolução estabelece também critérios para alocação de terraços em sistema de plantio direto, segundo orientações técnicas do IAPAR. Desde

que a Resolução nº 172/2010, da Seab, entrou em vigor, em setembro, os produtores questionaram a fiscalização em relação ao uso do solo.

A FAEP divulgou amplamente este assunto para melhor orientação ao produtor rural e promoveu em novembro seminários “Quem Usa, Cuida”, em Cascavel e Ponta Grossa, com a presença de cerca de 500 participantes. A FAEP vai continuar acompanhando os desdobramentos sobre esse assunto e coletar sugestões dos produtores.



O seguro rural tem um papel fundamental nas atividades dos produtores. Por isso, a FAEP, em 2010, promoveu várias ações nesse setor. Solicitou, por exemplo, R\$ 600 milhões ao governo federal para o Programa de Subvenção Federal do Prêmio do Seguro Rural, pois o orçamento disponível de R\$ 148 milhões para 2010 foi menor do que o gasto em 2009, de R\$ 259 milhões, e abaixo da demanda do setor.

No âmbito estadual, 2010 marcou o segundo ano do Programa de Subvenção Estadual ao Prêmio do Seguro para o trigo do Paraná. A FAEP solicitou a ampliação do programa para outras culturas e a redução da burocracia para habilitar as seguradoras no programa. Com as seguradoras privadas, a FAEP tem defendido a melhoria das coberturas e das produtividades consideradas para tornar o seguro agrícola mais próximo das necessidades dos produtores.

PROAGRO

A FAEP participa da Comissão Especial de Recursos (CER) do Proagro. Dos processos julgados em 2010 de trigo, mais de 90% tiveram acolhimento, em parte ou na sua totalidade, dos pleitos dos produtores.

É importante destacar a atuação da FAEP e da OCEPAR quando da ocorrência das condições climáticas no ano passado. As entidades solicitarão ao Iapar um levantamento e análise das condições meteorológicas nas regiões produtoras, comprovando que, apesar da ocorrência de doenças, o excesso de chuvas causou prejuízos à cultura. Isso deu o suporte necessário às decisões favoráveis aos produtores nesses julgamentos.

Em 2010 foram apreciados na CER 1.767 processos, sendo 1.289 favoráveis à indenização aos produtores.



Fundo de Catástrofe

Desde 2004, a FAEP vinha pleiteando a criação do Fundo de Catástrofe, para dar maior segurança aos produtores e seguradoras. Em agosto, foi autorizada a criação do fundo para ser implantado. O Fundo já faz parte da pauta de trabalhos da FAEP em 2011 para substituir o atual Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR), criado em 1966, mas depende de regulamentação.



Endividamento e Crédito

Para os financiamentos de custeio e investimento do BNDES, a FAEP tem solicitado um equacionamento do endividamento, especialmente das safras passadas.

Nas linhas de investimento do BNDES foi obtida uma regra parecida com o Manual do Crédito Rural, mas com um limitador em que os bancos estão autorizados a prorrogar até 8% da carteira de investimento de dívidas vencidas após 01 de julho de 2009 e as parcelas de 2010.

Para as dívidas antigas em crédito em liquidação nos bancos, a FAEP tem insistido na criação de um programa de recuperação dos produtores endividados com origem no crédito rural.

Banco do Brasil

Atendendo antiga reivindicação da FAEP o Banco do Brasil abriu uma agência, com uma equipe especializada em agronegócio, para atender agricultores que residem ou trabalham em Curitiba e têm propriedades no interior.

A FAEP tem insistido junto ao banco para o fim da “venda casada” de títulos de capitalização e outros

produtos e serviços financeiros para obtenção dos financiamentos. Para os produtores de Pronaf foi vedada a venda de títulos de capitalização e o banco tem orientado os gerentes a não forçar a venda casada.

Da mesma forma, foi solicitado e foi obtido do BB acesso ao crédito para os produtores que entraram com ações de ressarcimento do Plano Collor.

Dívida Ativa da União

Foi obtido um novo prazo para os produtores liquidarem ou renegociarem em até 10 anos as dívidas de crédito rural inscritas em Dívida Ativa da União – DAU. As dívidas incluídas na DAU até 31 de outubro de 2010 puderam ser renegociadas até 30 de novembro de 2010 com descontos. Essas dívidas da década de 80 e 90 foram securitizadas entre 1995 e 2001, mas muitos produtores ficaram inadimplentes devido aos problemas de câmbio e clima, sendo inscritos em Dívida Ativa da União.



Preço mínimo do **trigo**

A FAEP entrou com mandado de segurança no Supremo Tribunal de Justiça - STJ contra a Portaria nº 478, de 3 de julho de 2010, do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), que reduziu em 10% o preço mínimo do trigo, quando 90% da área de trigo do Paraná já estava plantada.

A medida deveria ter sido tomada pelo governo federal até 20 de janeiro, quando os produtores estavam

planejando a safra que seria plantada a partir de 20 de março. O Decreto nº 79 de 1966 estabelece que a fixação de preços mínimos deve ocorrer 60 dias antes do plantio e o governo perdeu esse prazo.

O ministro Herman Benjamin, relator do pedido, indeferiu a liminar em 9 de setembro e a FAEP, através da sua assessoria jurídica, recorreu da decisão.



Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC)

O zoneamento para o trigo foi normatizado pela Portaria nº 79 do Ministério da Agricultura e Pecuária, em 31 de março. Inesperadamente, no dia 22 de abril, o MAPA publicou a retificação nº 21 dessa Portaria postergando as épocas ideais de plantio.

Muito produtores já haviam plantado suas lavouras. A FAEP solicitou ao MAPA reconsiderar a retificação e foi atendida.



Classificação da **qualidade do trigo**

Governo e indústria queriam uma nova classificação do trigo em 2010, muito mais rigorosa que a vigente, ideia lançada quando os produtores já haviam iniciado o plantio.

A FAEP participou da reunião nacional em Brasília que definiu os novos padrões de qualidade do trigo e conseguiu amenizar as exigências e postergar a entrada em vigor da nova classificação para junho de 2011.

Seminários

Além disso, o Sistema FAEP e o Sistema OCEPAR, com o apoio do IAPAR, organizaram seminários nas regiões produtoras de trigo de Londrina, Ivaiporã, Campo Mourão, Assis Chateaubriand, Toledo e Cascavel. O objetivo foi esclarecer e capacitar os assistentes técnicos e tricultores sobre as novas exigências de qualidade do trigo, que serão muito mais severas do que a atual



Pagamentos atrasados do governo federal

A FAEP encaminhou ofícios para as autoridades federais solicitando agilidade no pagamento dos atrasados de Aquisição do Governo Federal (AGF) e PEP de milho, trigo e feijão, na ordem de R\$ 330 milhões no Paraná. Uma boa parte foi paga com mais de seis meses de atraso. No final de 2010 o governo pagou em torno de R\$ 32 milhões de atrasados do AGF.

classificação. Participaram 750 pessoas.

Comercialização

Em outubro, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette e João Paulo Koslovski, da OCEPAR, encaminharam documento aos ministros da Agricultura, Fazenda, Planejamento, ao presidente da Conab e ao secretário de Política Agrícola (MAPA) pedindo o destravamento do mercado de trigo. Junto com o Iapar, a FAEP produziu

uma cartilha de orientação aos tricultores.

Para isso era necessário apoio à comercialização viabilizando a transferência para outras regiões, exceto sul, sudeste e centro-oeste, ou para o exterior, via Prêmio do Escoamento da Produção - PEP, de pelo menos dois milhões de toneladas. O MAPA promoveu leilões em 2010 para 600 mil toneladas do Paraná.

Classificação do Milho

Defasado em relação aos padrões internacionais, o MAPA divulgou uma consulta pública para uma nova classificação do milho. A FAEP participou de reuniões com produtores, cooperativas e técnicos para avaliar os impactos dessa nova classificação do milho. Verificou-se que a nova classificação é muito rigorosa em relação a anterior e desclassificaria grande parte da produção paranaense de milho, inviabilizando o plantio do grão em muitas regiões.

A FAEP pediu prorrogação da consulta pública (que se encerraria em 07/2010) por mais dois anos, mas o MAPA prorrogou por mais seis meses. O setor produtivo tem uma proposta para ser apresentada ao governo federal.

Em fevereiro de 2011 ocorrerá uma reunião nacional em Brasília com todos os elos da cadeia e governo, que definirão os rumos da classificação do milho brasileiro.



Apoio à comercialização do milho

A FAEP solicitou melhoria dos prêmios dos leilões da CONAB e a divisão do Paraná em duas regiões. O governo acatou o pedido e dividiu o Estado em duas regiões melhorando o prêmio da região mais distante do porto, de R\$ 2,52 para R\$ 3,72 a saca de 60kg. Em julho os prêmios da Região I, mais distante do porto, passaram a sofrer deságios devido a grande oferta de milho nesta região. A FAEP solicitou um aumento na quantidade ofertada nessa região de 80 mil toneladas para 160 mil de toneladas. A solicitação foi atendida nos últimos três leilões com as

quantidades de 160 mil, 200 mil e 100 mil respectivamente.

Essas medidas viabilizaram o escoamento da produção de 1,250 milhão de toneladas, representaram gastos do governo de R\$ 49 milhões em dez leilões e foram os fatores responsáveis pela melhoria no preço do milho de 7,5%. O preço médio pago ao produtor estava em R\$ 13,73 em maio, quando os leilões começaram. No final de agosto estava em R\$ 14,77, chegando a R\$ 20,00 em setembro. Entre setembro e dezembro o preço médio foi de R\$ 18,48 a saca.

Feijão

Os produtores de feijão entregaram a produção nos armazéns credenciados da CONAB, mas em maio foram informados que deveriam retirar o produto, pois o governo não faria Aquisições do Governo Federal de feijão. Ao MAPA, a FAEP pediu que fossem mantidas as AGF para o feijão, conforme política já estabelecida e anunciada.

Além disso, a FAEP solicitou ao MAPA e à Conab adiamento dos

leilões de feijão do governo previstos para maio, tendo em vista que os produtores arcaram com prejuízos no feijão até fevereiro de 2010 e estavam recompondo suas perdas no período.

Se fossem realizados os leilões em maio, os preços poderiam cair e representar mais prejuízos aos produtores. O pedido foi atendido e os leilões que ocorreram foram em pouco volume e não afetaram os preços de mercado.



Reivindicações em 2010

- A FAEP solicitou ao MAPA a publicação da Instrução Normativa de criação de um marco regulatório para o café torrado e moído.
- Rapidez na solução para o café retido nos armazéns nos contratos de opção da CONAB, por supostamente não atingirem a qualidade exigida.
- Subvenção do prêmio de seguro para atividade, uma vez que nosso Estado corre risco de geadas e na situação de instabilidade econômica pela qual os produtores passam.
- Abertura do mercado de outros Estados ao café paranaense. A solicitação foi acatada mediante o Decreto nº 8746, reduzindo o ICMS de 12% para 1%.



Grupo de Revitalização da Cafeicultura do Paraná

No Paraná apenas 5,5 mil cafeicultores contrataram financiamentos em 2010. Esse é o retrato definitivo da gradual crise de uma cultura que fez a história do Estado.

A falta de rentabilidade continua produzindo efeitos devastadores. A redução dos cafezais resultou na colheita de apenas dois milhões de sacas na última safra, em 82 mil hectares. Nessa marcha seria fatal, a curto prazo, a erradicação do café no norte-paranaense.

Para reverter essa tendência e auxiliar no aumento da renda do cafeicultor, foi criado um Grupo de Trabalho para estudar soluções para a cafeicultura paranaense, formado por FAEP, CNA, SEAB, EMATER, IAPAR e OCEPAR.

Endividamento rural, crédito de investimento e custeio, tributos, mão de obra rural, organização dos produtores, preço mínimo diferenciado estão conduzindo a pauta desse Grupo.



Pecuária de Leite

A FAEP, em parceria com o Sindileite, obteve do governo do Estado a emissão da Lei nº 16.386 – de 25 de Janeiro de 2010. Ela instituiu tratamento tributário diferenciado em relação ao ICMS nas operações com leite longa vida (UHT). Uma forma de compensar as empresas estabelecidas no Estado pela concorrência

desleal provocada por favores concedidos por outras unidades da Federação.

Essa medida provocou maior competitividade ao produto paranaense. Em consequência as indústrias aumentaram o poder de remuneração do leite entregue pelos produtores.



Preços

O tripé formado pelos preços internacionais das commodities soja, milho e trigo, a variação do dólar e os preços recebidos pelos produtores paranaenses mostram no primeiro semestre de 2010, preços inferiores àqueles praticados em igual período de 2009. Um reflexo da somatória de variáveis que influenciaram o mercado mundial no período.

No segundo semestre de 2010, a partir de agosto, o mercado internacional das commodities agrícolas foi surpreendido com a quebra da safra de trigo na Rússia, Ucrânia e Cazaquistão devido à seca. Uma perda de produção superior a 17 milhões de toneladas somente na Rússia, segundo maior exportador mundial de trigo.

No mercado interno, os principais grãos (soja, milho e trigo) registraram reação de preços a partir de agosto, segundo a média diária da SEAB, permitindo levar ao público-alvo instrumentos para análise e tomada de decisão.

O monitoramento da oferta, demanda, condições climáticas, preços, dólar e mercado financeiro, permitiu fornecer aos produtores um quadro, em tempo real, das sinalizações do mercado. A sistemática abrange desde a análise de preços dos principais produtos agrícolas, safras, estoques, comércio internacional, exportações, política econômica, taxa cambial, logística, clima e outros componentes que influenciam o mercado.

A proibição pelo governo russo das exportações de trigo, abriu oportunidades para o milho, em substituição ao trigo que detém importância no hemisfério Norte, na elaboração de alimento protéico para animais.





Clima

A FAEP divulgou informações sobre as previsões climáticas para 2010, dando como certo os efeitos do fenômeno La Niña. Além de ouvir os meteorologistas, foi veiculado estudo do IAPAR com uma série de cuidados, visando diminuir os riscos de safra.

Semente própria

A FAEP tem orientado os produtores rurais sobre a legislação de semente própria. O produtor que desejar reservar parte da produção para plantar exclusivamente na safra

seguinte deve ter algumas cautelas e tomar algumas providências estabelecidas pela legislação baseada no Decreto 5.153, de 23/07/2004. Pelo artigo 115 desse Decreto, o produtor deverá realizar a inscrição prévia da área para produção de semente para uso próprio, preferencialmente antes do plantio da safra atual. A legislação permite, porém, o prazo de até 30 dias após o plantio nos casos de algodão, arroz, aveia, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale. No caso do feijão o prazo é de 20 dias.



Custo-benefício

Iniciou o estudo da análise custo-benefício para a condição livre de febre aftosa sem vacinação. Este estudo visa subsidiar as autoridades estaduais e federais e o setor privado – Conesa, na tomada de decisão sobre a suspensão da vacinação no Estado do Paraná.

Vacinação

A FAEP reuniu autoridades e produtores num seminário para debater o pedido paranaense para ser reconhecido como área livre de Febre Aftosa sem vacinação. Participou também ativamente das campanhas de vacinação em 2010, doando 14.000 vacinas, em maio e novembro.

CSAs

No primeiro semestre foi concluído o processo de implantação dos Conselhos de Sanidade Agropecuária (CSAs), em algumas regionais da SEAB, para completar o trabalho iniciado em 2009. Foram realizadas palestras sobre sanidade agropecuária para professoras e coordenadoras de educação, em vários municípios do estado.

Esta ação sensibilizou e ofereceu subsídios sobre sanidade, orientando os alunos em projetos no Programa Agrinho.

O fortalecimento dos CSAs conduziu a adequações no Sistema, com a inclusão do Diagnóstico Econômico Sanitário. O objetivo foi obter informações sobre sanidade em cada município e avaliar o conhecimento dos produtores e técnicos sobre o tema. Também foi realizado o treinamento de todos os diretores de CSAs para o conhecimento do mesmo.

De novembro de 2008 a junho de 2010, os CSAs foram estruturados em 380 municípios e levantados mais de 2.600 problemas sanitários.

Informatização

A equipe gestora do Projeto de Fortalecimento dos Conselhos de Sanidade Agropecuária (MAPA/SEAB/

FAEP), com o auxílio dos programadores do SENAR-PR elaboraram um software (<http://www.fundepecpr.org.br>) para todos os conselheiros dos CSAs e técnicos do sistema de defesa agropecuária do Estado do Paraná.

Nenhum outro estado possui um sistema informatizado para a gestão e o acompanhamento das atividades realizadas pela comunidade em sanidade agropecuária. Ele permite ser acompanhado pela comunidade e auditado por autoridades sanitárias e clientes importadores de produtos do Paraná a qualquer momento, em qualquer lugar, de qualquer município, comprovando assim as ações praticadas pela comunidade relacionadas à sanidade agropecuária.

SISBOV

A FAEP participou da conclusão dos trabalhos da nova legislação do Serviço Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (SISBOV). A FAEP debateu com agentes do setor as melhores alternativas para os produtores, sempre levando em consideração as características produtivas de cada região do Brasil e do Paraná.





Custos de produção

A FAEP e o SENAR-PR, com apoio da EMBRAPA, fizeram um balanço técnico sobre a rentabilidade da produção de frangos e de suínos. Consultores e técnicos fizeram um levantamento completo sobre os custos de produção da suinocultura e avicultura. A FAEP dará continuidade aos levantamentos em 2011 com periodicidade semestral.

O preço da avicultura

Quebra de recordes nas exportações de carne de frango. Entre janeiro e agosto já haviam sido exportados 660.805.732 quilos, segundo levantamento do Sindiavipar. Esse quadro, porém, exige cautela e planejamento nos investimentos. Gerenciar os custos de produção é fundamental para que o produtor rural avalie adequadamente a rentabilidade do seu negócio. Assim, a FAEP, atendendo a uma demanda da Comissão Técnica de Avicultura, investiu num trabalho de pesquisa para levantar os custos de produção na avicultura paranaense. O estudo resultou na elaboração de uma ferramenta que permite o cálculo de todos os custos de produção para quem quer iniciar ou se manter na atividade. São seis planilhas de



custos para a região oeste e cinco para o sudoeste, que apresentam dados e custos para os diversos tipos de aviários e sistemas de operação no Paraná. O levantamento teve a parceria da EMBRAPA, produtores e indústrias do setor. A ferramenta está disponível no site da FAEP (www.sistemafaep.org.br).

Raio-X da suinocultura

A exemplo do que aconteceu com a avicultura, a FAEP realizou um levantamento completo sobre os custos de produção em torno da suinocultura no Estado. Demanda apresentada pela Comissão Técnica de Suinocultura, o estudo é praticamente uma radiografia do setor no Paraná, que comporta, atualmente, um rebanho de 5,5

milhões de suínos. O levantamento fez a análise da produção nas regiões oeste (Toledo) e sudoeste (Francisco Beltrão). O resultado foi a elaboração de planilhas com dados de custos para os sistemas de produção mais representativos no Estado: Unidades Produtoras de Leitões (UPL), Unidades Produtoras de Terminados (UPT) de Ciclo Completo (CC). Mesmo que os custos de produção apresentados no estudo não sejam únicos, pois dependem da realidade de cada produtor, a utilização dos dados referenciais pode contribuir para o conhecimento da real situação dos suinocultores e no desenvolvimento da atividade. As planilhas podem ser encontradas no site da FAEP (www.sistemafaep.org.br).

Metodologia

A FAEP solicitou à SEAB, a revisão da metodologia utilizada para a verificação de preços na suinocultura e avicultura, visando o aumento no número de agentes consultados pelo Departamento de Economia Rural – Deral. As Comissões de Suinocultores e Avicultores da FAEP indicaram que, além dos compradores (indústrias), também os vendedores (produtores rurais) deveriam ser consultados, buscando preços mais precisos. A FAEP também participa ativamente das discussões sobre a nova legislação da relação integrados e integradoras.



Comunicação **Social**

A Comunicação Social do Sistema FAEP foi reestruturada em 2010. Consolidou a reformulação gráfica e editorial do Boletim Informativo neste ano, mantendo o princípio de aproximar as notícias do produtor rural. Tem buscado interagir com a instituição, o setor e a mídia, estabelecendo uma boa política de comunicação e de relacionamento.

A Comunicação Social é a gestora do Novo Portal da Internet, que foi ao ar na rede no dia 14 de setembro. Foi construído um website visualmente

agradável com informações da FAEP e do SENAR-PR num mesmo local e envolveu os departamentos do Sistema, principalmente as equipes de TI e Planejamento.

Impressos e eletrônicos

- Foram feitos 46 Boletins Informativos de 24 páginas em média, com 24 mil exemplares cada um. Durante o ano, equipes de reportagem (fotógrafo, repórter e motorista) viajaram pelo estado produzindo entrevistas. Muitas dessas matérias serviram de pauta



para os veículos de comunicação do Paraná e nacionais.

- A edição eletrônica do Boletim Informativo é encaminhada semanalmente a um mailing de mais de seis mil nomes.
- Em comemoração aos 15 anos do Programa Agrinho foi produzida uma revista de 72 páginas (12 mil exemplares), com resgate histórico da trajetória do programa pelo Paraná.
- Os Relatórios de Atividades do

SENAR-PR e o da FAEP de 2010, são de sua responsabilidade.

- Os materiais institucionais e de divulgação (folders, anúncios, cartazes, cartilhas entre outras) são produzidos pela Comunicação em parceria com as áreas interessadas.
- Mais de mil imagens dos 15 anos do Agrinho foram digitalizadas para a apresentação durante o evento. A comunicação social também produziu o material de comunicação visual do evento.

Cotidiano

- Alimentação de notícias (texto, áudio, vídeo e imagens) do portal - boletim diário de notícias que é encaminhado a mais de dois mil emails.
- Boletins de rádio e banners de divulgação.
- Administra o "Fale Conosco", canal de comunicação do público com o portal.
- Controla as notícias do Sistema FAEP pelo Alerta Google, clippings de notícias, blogs e sites.
- Este ano a FAEP foi notícia nos principais veículos do Estado e nacionais com as propostas apresentadas aos candidatos ao governo do Estado. "O que esperamos do próximo presidente", o "Estudo Campo e Cidade" e edições especiais sobre os custos de produção da avicultura e suinocultura, da mesma forma, produziram o mesmo efeito. A comunicação tem intermediado as relações com a mídia, atendendo aos jornalistas, facilitando o seu trabalho e alimentando as áreas estratégicas.



Oficina Sindical

Técnicos do Departamento Sindical realizaram três oficinas de treinamento e capacitação aos funcionários dos sindicatos rurais para melhor atenderem aos produtores. Foram formadas 12 turmas do Programa Desenvolvimento Comportamental Sindical do SENAR-PR, além de turmas do curso de DP/INCRA com 80 participantes, curso de ITR com 99 participantes e curso de IRPF com 28 participantes. Foram ainda realizadas várias reuniões com os núcleos regionais dos sindicatos.

Incra

Em carta ao presidente do INCRA, a FAEP pediu prazo mais razoável para que todos os produtores rurais obtivessem o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR). A FAEP solicitou ao ministro da Agricultura que intercedesse numa solução em relação a inibição do CCIR, para propriedades acima de 15 módulos fiscais. O Incra atendeu à reivindicação da FAEP e prometeu agilidade na emissão do CCIR e no processo de Certificação de Imóveis Rurais.



PDS

Promover o aprimoramento do trabalho desenvolvido pelos sindicatos rurais, dirigentes e gestores sindicais, visando à institucionalização dos sindicatos e legitimando a sua representação com o aumento do quadro associativo.

Esse é o objetivo do Programa de Desenvolvimento Sindical, instituído pela FAEP em 2007, numa parceria com o SENAR-PR e SEBRAE.

Em 2010 foram realizadas 17 turmas locais que abrangeram 19 sindicatos e 352 participantes.

Os treinamentos da Fase I para dirigentes e lideranças locais e regionais, buscam o crescimento pessoal e a capacidade de agir do dirigente sindical, através de

encontros que enfocam os seguintes temas: “Liderança”; “Dimensão da Instituição”; “Dimensão das Pessoas”; “Dimensão da Estratégia”; “Dimensão do Ambiente” e “Dimensão do Eu”.

Na Fase II, os cinco Seminários Regionais para os líderes sindicais reforçaram a atuação e a representatividade, através dos temas: “Mapa do Poder e Participação Política” e “Estrutura de Mercado Agropecuário”.

Também foram realizados cursos de Oratória para dirigentes sindicais e de Redação Empresarial, no Centro de Treinamento Agropecuário (CTA) de Assis Chateaubriand e em Pato Branco e Curitiba, com a participação de 125 dirigentes sindicais.

Roteiro

O PDS dura no mínimo três anos e é dividido em fases. Na primeira um consultor do Sebrae faz um diagnóstico, analisando a situação institucional, financeira e administrativa do sindicato. Em seguida, os diretores iniciam os treinamentos e a elaboração do Planejamento Estratégico, com objetivos e metas a serem alcançados. A partir do segundo ano, os demais funcionários também participam dos treinamentos. “O programa conta com treinamentos sobre política fiscal, monetária e cambial. Além disso, trata também de Política, Negociações e Parcerias Estratégicas”, ressalta Livaldo Gemin, diretor-secretário da FAEP.

Resultados

Dos 182 sindicatos do Paraná, 149 aderiram ao Programa, com treinamento atingindo 339 dirigentes e 201 gestores.





Capacitação dos colaboradores da FAEP

Visando o aprimoramento dos colaboradores da FAEP, foram realizados cursos de capacitação em redação, informática (Power Point), conjuntura agropecuária, processo legislativo e direção defensiva.

Casa em Ordem

Sitiado por centenas, milhares de portarias, decretos, códigos, que legislam sobre questões agrárias, tributação, meio ambiente, trabalhista e previdenciária, e outras, muitas vezes confusas ou se contrapondo, mesmo assim o produtor deve respeitar e obedecer a lei.

A FAEP oferece aos proprietários rurais paranaenses as informações e caminhos necessários para não serem penalizados por essas legislações por meio da “Casa em Ordem”. Desde sua criação foram 1034 palestras esclarecedoras, 66 das quais realizadas em 2010.

Convenção Coletiva de Trabalho

Em 2010, 73 sindicatos firmaram a convenção coletiva de trabalho abrangendo 98 municípios.

DAP

Para orientar os Sindicatos Rurais, a FAEP capacitou funcionários dos sindicatos rurais a elaborarem a (DAP) Declaração de Aptidão ao Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF). A FAEP também lançou uma cartilha de orientação para elaboração da DAP. A finalidade é que o material sirva de consulta para os sindicatos que já são credenciados na emissão do documento. Atualmente, o Sistema FAEP possui 112 sindicatos credenciados para emissão de DAP, em 2008 eram 40.

CONSELEITE

Com oito anos de funcionamento e 96 reuniões mensais realizadas, o CONSELEITE Paraná continua sendo a mais eficaz ferramenta em uso para formação do preço do leite ao produtor. Utilizada maciçamente pelos produtores e indústrias do Paraná, suas ferramentas servem ainda de apoio a outros estados que ainda não constituíram seus Conselhos.

O preço ao produtor é determinado pela participação da matéria-prima (leite) em cada um dos 14 produtos considerados (leite pasteurizado, longa vida, em pó, queijos, manteiga, entre outros), correlacionados ao preço dos produtos no atacado, a

capacidade de remuneração de cada produto e ao mix de comercialização das indústrias.

Referência

Dos 187 laticínios que compram leite, 83,4% responderam que utilizam o preço calculado pelo CONSELEITE. A maior porcentagem de utilização desse preço está entre os laticínios de médio porte (93,8%) e a menor, entre os de microporte (68,7%). No caso desses últimos, a utilização do preço de referência calculado pelo CONSELEITE é menor em razão de utilizarem também a matéria-prima (leite) proveniente de rebanho próprio. (Caracterização da Indústria de Processamento e Transformação do Leite no Paraná - IPARDES - 2010).

CONSECANA

Em 2010, o Consecana Paraná completou 10 anos de funcionamento. Seus componentes e a diretoria iniciaram um processo de revisão e atualização de alguns parâmetros importantes para a formação do preço da tonelada de cana ao produtor.

O estatuto do Consecana prevê que o Conselho deve zelar pelo aprimoramento do sistema de avaliação da qualidade da cana-de-açúcar, efetuando estudos, desenvolvendo pesquisas e promovendo a sistematização e constante atualização dos critérios tecnológicos de avaliação desta qualidade.

Por esta razão está ocorrendo a revisão, com o objetivo de manter sempre a exata correlação entre a qualidade da cana entregue e o valor a receber pela tonelada.





São as seguintes as

Comissões

Temáticas:

cereais, suínos, aves, hortifrutis e café.

Câmaras Técnicas:

política agrícola, meio ambiente, assuntos fundiários, trabalho e previdência, pequena propriedade e sanidade.

Comissões e Câmaras Técnicas da FAEP

São nas comissões e nas câmaras técnicas da FAEP que produtores de todo o Paraná e técnicos se reúnem para debater as principais cadeias produtivas e os grandes temas do agronegócio. Dessas reuniões resultam sugestões para propostas de políticas públicas e as diretrizes para as ações da FAEP. As comissões são fóruns de produtores rurais que representam as diversas regiões do Paraná e se reúnem periodicamente. Ao final de cada encontro é emitido um documento identificando os principais problemas destas cadeias produtivas e as propostas para seu encaminhamento ou resolução.

Representações externas

A FAEP participa de todas as reuniões das Comissões Nacionais da CNA, Câmara Setorial de Culturas de Inverno do MAPA, Conselho Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar - CEDRAF, Comissão de Sementes e Mudas - CSM, Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMA, Comitê das Bacias Hidrográficas do Estado do Paraná, Comissão da Produção Orgânica no Estado do Paraná - CPOrg-PR, Comissão Especial de Recursos - CER-PROAGRO, Conselho do Portos de Paranaguá e Antonina, Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Paranaguá e Fórum Futuro 10 Paraná.

Expediente

Textos Departamento Técnico e Econômico e Comunicação Social
Christiane Kremer
Hemely Cardoso
Katia Santos

Colaboração Departamento Sindical, Jurídico,
Recursos Humanos e Administrativo/ Financeiro

Edição de Textos Cynthia Calderon
Hélio Teixeira

Fotos Fernando dos Santos
Lineu Filho
Arquivo SENAR-PR/FAEP

Projeto Gráfico, Diagramação e Ilustração Alexandre Prado | 41 9848 1030

Coordenação de Comunicação Social Cynthia Calderon

Realização Comunicação Social do Sistema FAEP

SISTEMA FAEP _____



Av. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar
CEP 80.010-010 | Curitiba | Paraná
Fone: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124
faep@faep.com.br | www.faep.com.br